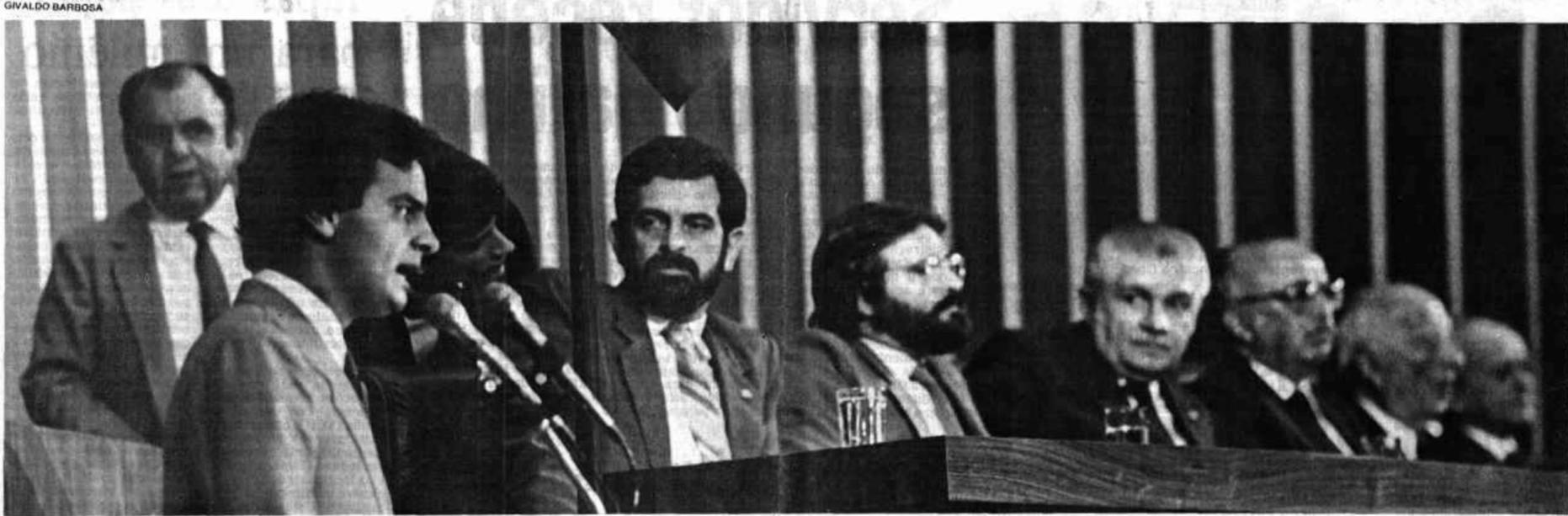


DOIS ANOS SEM TANCREDO



O neto, deputado Aécio Neves, discursa em nome da família na sessão da Assembleia Constituinte de homenagem a Tancredo Neves, lembra seus conselhos e constata: "Ainda nos encontramos na travessia"

Constituinte cobra compromissos não cumpridos

SÃO PAULO

"O Brasil de hoje não é aquele com o qual Tancredo sonhou. Ele faria uma política completamente diferente, principalmente no que se refere à dívida externa, que é a nossa ruína". A afirmação foi feita ontem pelo irmão do ex-presidente, Antônio Neves, que participou da missa pelos dois anos da morte de Tancredo, rezada na capela do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas.

A Nova República deveria ser diferente porque Tancredo sonhava e lutava por uma democratização mais efetiva do que a que está ocorrendo, afirmou Antônio Neves. Sobre a Constituinte, ele disse que está "bem encaminhada", mas criticou a lentidão dos trabalhos. Segundo ele, Tancredo lutou muito por uma nova Constituição e agora que foi efetivada, precisa ser melhor aprovada.

Seus sucessores políticos ainda não entenderam que o Brasil é grande demais e por isso precisa ter de seus dirigentes o melhor possível. Considero que esses políticos devem levar o País a uma democratização.

MINAS GERAIS

O segundo aniversário da morte do ex-presidente Tancredo Neves foi lembrado ontem, em São João del-Rei, sua terra natal, com a colocação de coroa de flores sobre seu túmulo, na Igreja de São Francisco de Assis.

Em Ouro Preto, também o construtor da Nova República foi lembrado, às 16h25, com um minuto de silêncio em memória de Tancredo Neves, na Praça Tiradentes, onde estavam reunidos oito governadores e outras autoridades para as comemorações da Semana da Inconfidência.

AMAZONAS

O ex-presidente Tancredo Neves foi lembrado ontem às 19 horas, na Catedral Metropolitana de Manaus, numa missa que celebrada pelo monsenhor Francisco Pinto, vigário geral da paróquia, em sufrágio de sua alma, e pedido dos ex-deputados Arthur Virgílio Neto, Mário Frota e toda a bancada estadual, federal e municipal do PSB.

Oficialmente, o governo do Estado não realizou nenhuma programação alusiva à passagem do segundo ano de morte do ex-presidente.

SERGIPE

O governador Antônio Carlos Valadares depositou ontem pela manhã uma coroa de flores no monumento a Tancredo Neves, localizado no centro de Aracaju, no mesmo local em que o Presidente realizou comício, quando em campanha pela Presidência da República.

As 19h30, o governador, secretários de Estado, autoridades e comunidade, participaram de uma missa, na Igreja dos Capuchinhos, no bairro América, em memória de Tancredo Neves.

PERNAMBUCO

Ao comentar ontem à tarde o segundo aniversário da morte do ex-presidente Tancredo Neves, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, afirmou que "a memória de Tancredo é hoje a memória de um momento de afirmação da unidade do povo brasileiro".

Reclamar os compromissos de campanha da Aliança Democrática foi a forma encontrada pela oposição para homenagear ontem, durante sessão especial da Constituinte, o falecido presidente Tancredo Neves. E o próprio presidente da Assembleia Nacional, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um dos principais fiadores da Nova República, usou do recurso.

"Eu amava, admirava e temia Tancredo" — disse ele, para depois pedir "que tua onipotência esconjure a inflação, maldição do pobre; exorcize a vergonha dos juros escarchantes que sucateiam a agricultura, a média e pequena indústria; desarme a mão genocida de nações e bancos estrangeiros, gerando a recessão, o desemprego e a consequente desestabilização democrática dos países endividados".

— Seu talento, os astros e a conjuntura o fizeram presidente da República — testemunhou ainda Ulysses Guimarães, para quem "Tancredo também foi um bruxo. Ninguém resistia à sua sedução". E sem cobrar o compromisso mais reclamado pela oposição, de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney e eleições diretas para a Presidência da República, pediu mais: "Que tua oniscência ilumine nossos governantes. Que tua onipresença impregne nossa Constituição e nossas leis para que cheguem e mudem os tugúrios dos miseráveis".

LUGARES VAZIOS

O povo não participou da homenagem da Constituinte a Tancredo Neves. Deixou as galerias como nos dias de sessões ordinárias, praticamente vazias. Mas os constituintes também não compareceram em peso. Embora não haja cadeiras para todos eles no plenário da Câmara, onde se reúne a Assembleia Nacional, muitas delas estavam desocupadas, ainda que muitos convidados estivessem presentes, como ministros de Estado, presidentes dos tribunais superiores, membros do corpo diplomático e familiares do homenageado.

Os ministros do Interior, Ronaldo Costa Couto; Co-

municações, Antônio Carlos Magalhães; Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz; e Justiça, Paulo Brossard, sentaram-se nas cadeiras reservadas ao PDS. De chapéu na mão, Brossard estava, contudo, isolado por uma cadeira do único pedessista presente, o vice-líder do partido na Câmara, Adilson Motta (RS), que subiu à tribuna para constatar, em longo discurso, que o Brasil de Tancredo Neves "não é o Brasil que, com tristeza, estamos vivendo hoje".

O Brasil sonhado por Tancredo Neves era o Brasil das diretas já; o Brasil da Constituinte plenamente exclusiva, livre e soberana; o Brasil que não mais conviveria com os instrumentos de exceção; o Brasil federativo, com Estados e Municípios fortalecidos, com a democracia não apenas política, mas econômica, social e fiscal, sem precisar de mendigar a toda hora junto ao poder central; o Brasil sem inflação, sem desemprego, com justos suportáveis; o Brasil da conciliação; o Brasil do diálogo; o Brasil em que os parlamentares não mais fossem alvo de atos de violência; o Brasil, enfim, de tão sonhada e ainda esperada Nova República, frisou Adilson Motta.

PALAVRA-CHAVE

Conciliação, a palavra símbolo do presidente homenageado, foi também lembrada por seu neto, constituinte Aécio Neves (PMDB-MG), em discurso de agradecimento. "O Brasil queria o seu grande estadista vivo", disse ele, alertando os deputados e senadores constituintes para os conselhos da razão, que, na sua opinião, andam esquecidos, como a conciliação e o entendimento. "Ainda nos encontramos na travessia", lembrou.

Mas o neto do presidente Tancredo Neves tocou, ainda, outro ponto levantado por outros constituintes: a lembrança de que o político mineiro "destruiu o sistema com as suas próprias armas" — ou seja, o Colégio Eleitoral que o elegeu. Mesmo Olívio Dutra (PT-RS), líder do único partido que não votou nele, citou o episódio, lembrando, em contrapartida, que o PT o acompanhou na campanha das diretas.

Também homenagearam Tancredo pelo PFL, o deputado João Menezes (PA), PMDB, Pimenta da Veiga (MG), para quem o presidente deixou um vazio "que não conseguimos preencher"; PDT, Ademar de Barros (SP); PTB, Elias Murad (MG); PL, Adolfo Oliveira (SP); PDC, José Maria Eymael (SP); PC do B, Haroldo Lima (BA); PCB, Fernando Santana (BA); e PSB, Jamil Haddad (RJ).

Dona Risoleta Neves, acompanhada de dona Sarah Kubitschek e familiares, assistiu a toda a cerimônia junto à bancada do PMDB, na mesma fila onde sentou-se o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas. Ao final, recebeu os primeiros cumprimentos de outro senador do partido, o presidente José Ríchta, do Paraná.

Se o PMDB escolheu seu ex-líder na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, mineiro e considerado discípulo de Tancredo, para falar em nome do partido, o outro pilar da Aliança Democrática, o PFL, preferiu reservar a tarefa ao deputado paraense João Menezes, embora o líder José Lourenço (BA) estivesse presente.

Junto à bancada do PFL, o ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, ficou à esquerda do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que tinha à sua direita o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. E logo atrás, o ex-ministro da Fazenda e sobrinho de Tancredo, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), passou quase todo o tempo conversando com o líder do PTB, Gastone Righi (SP).

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que ocupou o primeiro ministério da Nova República, indo para a Pasta da Saúde por indicação de Tancredo Neves, chegou atrasado à sessão, entrou de forma discreta pela lateral do plenário e não discursou. Também o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, preferiu manter-se em silêncio na mesa-diretora, acompanhando a solenidade ao lado do presidente da Constituinte.

Flecha fala na Soberania

O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamarati, será o primeiro convidado da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a participar de audiência pública, prevista no regimento da Constituinte. Ele falará hoje, às 17h, aos membros da subcomissão, no plenário da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. No dia 28 de abril o professor Celso de Albuquerque Melo falará sobre direito internacional público; no dia 29 será ouvido o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer; no dia 30, estão confirmadas duas audiências: na parte da manhã o professor Carlos Roberto Siqueira Castro falará sobre soberania e à tarde o ministro Rezek, do STF, abordará o tema tratados internacionais e nacionalidade.

As audiências foram definidas ontem, em reunião informal entre o presidente da subcomissão, deputado Roberto D'Ávila, e quatro outros membros. A exemplo do que vem sendo feito desde o início dos trabalhos das subcomissões, a da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais não realizou reunião formal.

Direitos só começa hoje

Os membros da subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Coletivos e Individuais, previsto a falta de quórum para realizar reunião ontem, preferiram não marcar qualquer atividade, determinando que a volta aos trabalhos da Constituinte se dê hoje.

Ensino público começa ganhando

Os defensores da aplicação de recursos públicos na educação exclusivamente em escolas públicas obtiveram a sua primeira vitória, ontem, na sessão da subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, após um confronto direto com o deputado Alvaro Vale (FL-RJ), que defendeu abertamente a liberação destes recursos também para escolas privadas, através de bolsas de estudos ou de outras fórmulas ainda a serem definidas.

Depois de afirmar que a escola pública é ineficiente e cara, "até cinco vezes mais cara do que a escola privada", Alvaro Vale apresentou a sua proposta. Entende que, em primeiro lugar, cabe à família escolher a escola do seu filho. Em segundo lugar, o Estado deve atuar de forma suplementar, apenas quando a escola privada é incapaz de fornecer a educação, "porque não existe ou porque a família não tem recursos".

Ele admite que "é dever do Estado dar educação a todos", mas acrescenta que "isto não quer dizer que seja por intermédio da escola pública. Poderá dar com mais eficácia e menores custos através da escola privada". Além de defender esta ideia, apresentou mais duas propostas concretas: a aposentadoria aos 25 anos de serviço para professores e professoras e a fixação da idade de cinco anos para o início do período escolar obrigatório e custeado pelo Estado.

Os defensores da escola pública contra-atacaram prontamente. O deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) reconheceu que "a existência da esco-

la privada é uma exigência democrática e uma necessidade dentro das atuais circunstâncias", mas lembrou que os "recursos públicos devem ser destinados unicamente à escola pública". O deputado Gumerindo Milhomem (PT-SP) reforçou a ideia, salientando que "não é possível que o Estado libere recursos para escolas privadas quando há pelo menos 15 milhões de crianças de sete a 14 anos fora da escola".

Já o deputado Chico Humberto (PDT-MG) preferiu abordar outro aspecto. Discordou da tese sobre os custos do ensino público, apresentada pelo deputado Alvaro Vale, lembrando que "as escolas particulares também oneram os cofres públicos, porque recebem recursos através de bolsas de estudos. Além disso, os pais que pagam os estudos de seus filhos descontam estas importâncias no imposto de Renda". O deputado Florestan Fernandes (PT-SP) concordou plenamente com Humberto, salientando que "não se pode confiar em levantamentos de custos feitos não se sabe por quem e nem com quais interesses".

O presidente da subcomissão, deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS), não participou dos debates, mas ficou satisfeito com o resultado, já que defende a aplicação de recursos públicos exclusivamente em escolas públicas. Adiantou que este tema será um dos mais polêmicos na sua comissão, mas preferiu não ariscar um palpite sobre o resultado final do enfrentamento entre as duas correntes. Fez apenas um comentário esclarecedor: "Hoje, vencemos".

Tributária terá oito audiências

O economista Fernando Resende, que presidiu a comissão de técnicos do Governo responsável pelo projeto de reforma tributária, comparece hoje, às 9h30, à Assembleia Nacional Constituinte, na primeira audiência pública conjunta das três subcomissões da Comissão do Sistema Tributário. As 17h, é a vez do tributarista Alcides Jorge Costa, da Universidade de São Paulo.

O cronograma de reuniões prevê mais oito audiências. Amanhã, às 9h, reúnem-se economistas de renome: Ignácio Rangel, Dércio Garcia Munhoz, Osny Duarte Pereira, Carlos Langoni, André Lara Rezende e João Paulo de Almeida Magalhães. Esta audiência, provavelmente, deve ser interrompida às 12h e retomada às 17h.

Estado, ainda indefinida

Por falta de quórum, a subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, instalada, como as demais, no último dia 7, não tomou, ontem qualquer deliberação sobre as suas próximas atividades. As subcomissões de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas e de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos até agora não votaram sequer um rolêiro para seu funcionamento, o que deverá ocorrer hoje.

A subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança realiza hoje a sua primeira audiência pública, com os professores Jorge Boaventura de Souza e Silva, Paulo César Milani Guimarães, Pedro de Oliveira Figueiredo, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Ubiratan Borges de Macedo, todos da Escola Superior de Guerra (ESG).

Segunda cirurgia, desnecessária

O presidente Tancredo Neves não precisava ter sido submetido a uma segunda cirurgia. Diante de exames não conclusivos, optou-se por uma nova cirurgia sem que nada de anormal fosse encontrado no organismo. E o que os médicos chamam de "operação branca". Esta é a principal conclusão do processo em curso no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, que averigua os fatos que ocorreram durante a permanência do presidente no Hospital de Base de Brasília.

A recém-concluída primeira fase do processo para o qual foram ouvidas dezenas de pessoas que deram assistência ao presidente, aponta ainda que não ocorreu integração entre as equipes médicas de Brasília e de São Paulo, tendo sempre predominado as posições dos profissionais paulistas que não teriam dado "espaço e ouvido às ponderações dos colegas de Brasília".

Segundo o relatório, ainda em fase de elaboração, após a primeira cirurgia o presidente apresentou um quadro com-

plexo. Com a suspensão do funcionamento dos intestinos e complicações cardíacas que redundaram num edema agudo de pulmão. Uma junta médica, integrada por profissionais de Brasília, São Paulo e Minas Gerais, após analisar exames e radiografias, não obteve um diagnóstico conclusivo sobre as causas da paralisção dos intestinos.

Segundo depoimento dos profissionais ao Conselho Regional de Medicina, o diagnóstico era muito difícil, principalmente porque o quadro clínico apresentado pelo presidente poderia resultar tanto de uma reação normal à primeira cirurgia como a obstrução de alguma alça intestinal. Assim, foi indicada a segunda cirurgia, tendo precedido a posição dos médi-



Tancredo: vítima

cos mineiros, embora o restante da junta médica julgasse que após alguns dias o organismo reagiria e os intestinos voltariam a funcionar normalmente.

Os médicos que se manifestaram contra a segunda cirurgia consideravam que ela seria de altíssimo risco, por diversas razões: a idade avançada do paciente, o fato de ter apresentado complicações cardíológicas, além do stress orgânico resultante do recebimento da anestesia.

Outro aspecto apurado durante a coleta de depoimentos foi que a primeira cirurgia no presidente Tancredo Neves deveria ter sido realizada anteriormente, mas foi postergada por pressão do paciente.

Mas uma avaliação final sobre as causas e fatos que cercaram a morte do ex-presidente Tancredo Neves só deverá ser feita nos próximos meses, porque o Conselho Regional de Medicina, finda a fase de coleta de depoimentos, ainda tem de conceder oportunidade de defesa para os envolvidos.